

A INFLUÊNCIA DOS ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA SOBRE O ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE DAS EMPRESAS

THE INFLUENCE OF NON-CURRENT ASSETS HELD FOR SALE ON THE FIRM'S CURRENT LIQUIDITY INDEX

MARIA DA SOLEDADE FERREIRA DOS SANTOS

Centro Universitário Alves Faria (CUAF). E-mail: sulaferreirasantos.88@gmail.com

MANUELA GONÇALVES BARROS

Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: manuelagb@hotmail.com

LEORTÊNOLP SABRYNA DA SILVA OLIVEIRA

Centro Universitário Alves Faria (CUAF). E-mail: sabrynakalleu@gmail.com

GREYCE KELLY DE MATOS CARRIJO BRITO

Centro Universitário Alves Faria (CUAF). E-mail: ojirrac-2@hotmail.com

Resumo: Uma gama de estudos empíricos indica que a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) influencia os resultados de índices financeiros utilizados na análise do desempenho econômico-financeiro das empresas. Essa influência decorre do maior espaço deixado pelas IFRS para interpretação na aplicação das normas contábeis. Considerando que a aplicação das IFRS permite algum julgamento quanto à classificação do ativo não circulante como mantido para venda, este artigo avaliou o impacto dos ativos não circulantes mantidos para venda sobre o indicador de liquidez corrente das empresas. A amostra foi composta por 31, 36 e 32 companhias ativas com ações negociadas em bolsa na América Latina, sediadas no Brasil, nos anos 2013, 2014 e 2015, respectivamente. A partir da aplicação de testes de diferenças de médias/medianas, especificamente os testes *t-Student* e Wilcoxon, identificamos diferenças estatisticamente significativas entre o indicador de liquidez calculado com e sem o ativo não circulante mantido para venda. Evidenciamos, assim, que a reclassificação de ativos não circulantes como mantidos para venda traz implicações para a análise econômico-financeira das empresas em termos de liquidez. Nossa principal contribuição está na análise do impacto da reclassificação de ativos não circulantes mantidos para venda sob a perspectiva da análise econômico-financeira das empresas, ainda pouco explorada na literatura conexa.

Palavras-chave: *Ativo não circulante mantido para venda; Reclassificação; Liquidez corrente; Escolhas contábeis.*

Abstract: *A number of empirical studies indicate that the adoption of International Accounting Standards (IFRS) influences the results of financial indices used in company performance analysis. This influence stems from the greater room left by the IFRS for interpretation in the application of accounting standards. Considering that the application of IFRS allows some judgment regarding the classification of non-current assets as held for sale, this article evaluated the impact of non-current assets held for sale on the current liquidity*

indicator of companies. The sample consisted of 31, 36 and 32 active companies with shares traded in Latin America, headquartered in Brazil, in the years 2013, 2014 and 2015, respectively. From the application of mean/median differences tests, specifically the t-Student and Wilcoxon tests, we identified statistically significant differences between the liquidity indicator calculated with and without non-current assets held for sale. We thus show that the reclassification of non-current assets as held for sale has implications for the economic-financial analysis of companies in terms of liquidity. Our main contribution is in the analysis of the impact of the reclassification of non-current assets held for sale from the perspective of the economic-financial analysis of companies, still little explored in the related literature.

Keywords: *Non-current assets held for sale; Reclassification; Current liquidity; Accounting choices.*

1 INTRODUÇÃO

As Normas Internacionais de contabilidade (IFRS) estabelecem regras comuns para que as demonstrações financeiras apresentem mais consistência, transparência e comparabilidade em todo o mundo. Adotadas no Brasil com o intermédio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, responsável pela emissão das normas contábeis com base nas normas internacionais, estas normas ampliaram o uso da interpretação na aplicação dos padrões contábeis, dado que as normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) são baseadas em princípios. Ao dar mais espaço para o julgamento profissional e para o exercício de escolhas contábeis na prática das normas, as IFRS trazem implicações para os relatórios financeiros.

Segundo Fields, Lys e Vincent (2001), uma escolha contábil pode influenciar o resultado da contabilidade, que inclui as demonstrações contábeis e outros documentos destas decorrentes. Para os autores, essas escolhas são derivadas da flexibilidade das regras contábeis, a qual não pode ser extinta, já que as regras são múltiplas, muitas vezes complexas, e dependem da gestão e dos métodos contábeis, além da necessidade de cada entidade. Uma vez que as escolhas contábeis podem influenciar o resultado contábil, é importante que se dê atenção ao seu impacto sobre os resultados das demonstrações financeiras e também sobre os indicadores contábeis usados na análise financeira das empresas (FIELDS *et al.*, 2001).

O Pronunciamento Contábil CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, aprovado em 2009, é um dos frutos das normas internacionais de contabilidade, associado à IFRS 5 – *Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations*. Tal como indicado por Gertze *et al.* (2016), este pronunciamento estabelece que os ativos não circulantes mantidos para venda sejam separados de outros ativos à medida que sua natureza e uso tenham mudado. Essa separação é importante porque o ativo não circulante mantido para venda deverá ter seu valor recuperado, sobretudo, por meio da venda, e não pelo uso, o que traz implicações importantes para o caixa.

Além do impacto sobre o caixa da empresa, ao dispor sobre a apresentação das operações descontinuadas e permitir e estabelecer requisitos obrigatórios para a reclassificação de ativos não circulantes mantidos para a venda, o CPC 31 também deve afetar a avaliação da posição financeira e dos índices financeiros das empresas (SIERPIŃSKA; WĘDZKI, 2002 *apud* VOSS; PREWYSZ-KWINTO, 2015). Nesse sentido, a imposição de regras para a reclassificação dos ativos deve ser discutida. Barua, Lin e Sbaraglia (2010), por exemplo, fornecem evidências de que os gestores transferem despesas básicas para as operações descontinuadas para inflar os ganhos básicos, indicando a possibilidade de as operações descontinuadas serem utilizadas como mecanismo de modificação dos resultados de empresas.

Quanto aos efeitos sobre os índices financeiros, a reclassificação dos ativos não circulantes como mantidos para venda deve afetar, ainda, os índices relacionados à liquidez corporativa, que têm grande relevância para as decisões dos financiadores de capital ao revelar a capacidade de pagamento das empresas e sua capacidade manter suas operações. Dada a relativa discricionariedade existente na classificação dos ativos não circulantes como mantidos para venda, neste estudo nós consideramos

a reclassificação como um tipo de escolha contábil oculta, relacionada à existência de critérios vagos nas IFRS e com decisões operacionais (SILVA; MARTINS; LEMES, 2016). Isso porque, conforme estabelecido no CPC 31, se constatado que o ativo não circulante atende às características de mantido para venda, o ativo deverá ser reclassificado para o ativo circulante, normalmente dentro do grupo “outros ativos”.

Considerando o efeito dessa reclassificação sobre os resultados da contabilidade, essa pesquisa visa responder: Qual o impacto do ativo não circulante mantido para venda sobre o indicador de liquidez corrente das empresas? Nosso objetivo geral é, portanto, verificar o impacto do ativo não circulante mantido para venda sobre o indicador de liquidez corrente das empresas com ações negociadas em bolsa de valores na América Latina, com sede no Brasil, no período de 2013 a 2015. Como objetivos específicos, investigamos: 1) se as empresas fazem a apresentação dos passivos relacionados ao ativo não circulante mantido para venda e 2) se as empresas que apresentaram a conta ativo não circulante mantido para venda com saldo no ano de 2013 também a apresentaram com saldo nos anos de 2014 e 2015.

A relevância do estudo mostra-se na análise do impacto do CPC 31 sobre a informação contábil. Isso porque a reclassificação de ativos não circulantes como mantidos para venda é considerada uma escolha contábil oculta que demanda algum nível de julgamento e que pode ser usada a fim de melhorar o resultado de índices financeiros. Ainda, nossos resultados incentivam a reflexão sobre os efeitos da aplicação do CPC 31 no que tange à reclassificação e seus impactos sobre as demonstrações contábeis das empresas. O indicador de liquidez foi analisado pelo fato de estar relacionado ao ativo circulante das empresas, subgrupo de contas do ativo no qual o ativo não circulante mantido para venda é inserido, e por ser um indicador tradicionalmente utilizado na análise financeira pelos financiadores de capital.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 IFRS e o ativo não circulante mantido para venda

Nas últimas décadas órgãos nacionais e internacionais, como o *International Accounting Standards Board* (IASB) e o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), aplicaram esforços visando o desenvolvimento e a adoção de normas contábeis internacionais de alta qualidade. Esses esforços se direcionaram para uma harmonização da contabilidade no âmbito global por meio da adoção das IFRS como padrão internacional e ganharam força entre os anos de 2001 e 2005.

Nesse sentido, em 2002 foi estabelecido o acordo de Norwalk entre o FASB e o IASB, pelo qual os referidos conselhos reconheceram formalmente seu compromisso para o desenvolvimento de padrões contábeis compatíveis e de alta qualidade que pudessem ser usados para os relatórios financeiros domésticos e internacionais (PELGER, 2019). Já em 2005 todas as empresas europeias de capital aberto passaram a adotar obrigatoriamente as normas IFRS para publicarem suas demonstrações financeiras consolidadas. No Brasil, o processo de convergência teve início a partir de 2008, para empresas de capital aberto e para as empresas de grande porte, com intuito melhorar a interpretação das demonstrações contábeis (BARBOSA NETO; DIAS; PINHEIRO, 2009)

Com a adoção das IFRS os padrões contábeis passaram a se pautar em princípios gerais de orientação, ao invés de regras detalhadas, o que levou a um aumento do subjetivismo contábil proveniente do julgamento profissional (BENNETT; BRADBURY; PRANGNELL, 2006; DANTAS; RODRIGUES; NIYAMA; MENDES, 2010). O julgamento profissional é traduzido na discricionariedade permitida por meio das escolhas contábeis, que são escolhas, feitas pelo gestor, de um método contábil em detrimento de outro (WATTS, 1992) e que influenciam os resultados das demonstrações contábeis e os documentos decorrentes da contabilidade (FIELDS; LYS; VINCENT, 2001). Para Fields *et al.* (2001), estas escolhas permitem que a entidade que reporta produza informações fidedignas relativas à sua situação econômico-financeira.

O CPC 31, aprovado em 17 de julho de 2009 sob a premissa de adequação às IFRS, foi elaborado com vistas à aplicação da IFRS 5 no Brasil, determinou orientações contábeis novas e revisadas para os ativos tangíveis de longo prazo identificados para alienação, além da apresentação e divulgação de informações sobre operações descontinuadas (MACKENZIE; COETSEE; NJIKIZANA; CHAMBOKO, 2012). No caso do referido pronunciamento, pode-se dizer que as escolhas contábeis provenientes da sua aplicação são do tipo escolhas contábeis ocultas, as quais diferenciam-se das escolhas contábeis evidentes por estarem mais relacionadas com a existência de critérios vagos no IFRS (julgamento profissional) e com decisões operacionais; e às escolhas claramente especificadas como opções nas IFRS (SILVA; MARTINS; LEMES, 2016).

Segundo o CPC 31, o ativo não circulante mantido para venda deverá ser classificado como tal se estiver mantido para venda imediata, sendo que a venda deve ser completada, ou espera-se que o seja, em até um ano após a data de classificação (MACKENZIE *et al.*, 2012). Nesse sentido, se a empresa espera recuperar o valor contábil de um ativo não circulante ou de um grupo em alienação sobretudo por meio da venda, ao invés do seu uso contínuo para os propósitos da própria empresa, esse ativo se qualifica como propriedade do grupo, instalação ou equipamento mantido para venda e constitui um ativo circulante, o qual deve ser apresentado separadamente de outros ativos no balanço patrimonial (VOSS; PREWYSZ-KWINTO, 2015).

O prazo de um ano estabelecido para a conclusão da venda pode se estender por algum acontecimento ou circunstância fora do controle da empresa, devendo haver, nesse caso, evidência suficiente do comprometimento da empresa com a intenção de venda do ativo para que a reclassificação seja feita. Quando se espera que a venda ocorra após um ano, a entidade deve mensurar as despesas de venda pelo valor presente, e qualquer aumento neste valor que resulte da passagem do tempo deve ser apresentado nos resultados como despesa financeira (CPC 31, 2009). Já quanto à depreciação e amortização, a norma determina que, quando da reclassificação, estas devem ser cessadas e os ativos ou grupo de ativos classificados como mantidos para venda devem ser apresentados separadamente no balanço patrimonial.

Com relação aos itens reclassificados, a norma determina que a companhia deve divulgar em notas explicativas, a partir da sua classificação, os seguintes itens: (a) definição do ativo não circulante, (b) definição dos eventos e ocorrências, (c) ganho ou perda por diminuição do valor recuperável de ativos e (d) segmento do ativo não circulante mantido para venda (CPC 31, 2009). Quanto aos passivos relacionados ao ativo reclassificado estes devem ser apresentados separadamente dos outros passivos no balanço patrimonial e não devem ser compensados nem apresentados em um único montante. E os juros e os outros gastos atribuíveis aos passivos de grupos de ativos classificados como mantido para venda devem continuar a serem reconhecidos (CPC 31, 2009).

2.2 IFRS e a relação do ativo não circulante mantido para venda com o indicador de liquidez contábil

O impacto das divergências entre padrões contábeis sobre os indicadores de desempenho das empresas frequentemente é tópico de investigação nas pesquisas contábeis, já que essas divergências podem levar à ocorrência de problemas de assimetria de informação (KLANN; BEUREN; HEIN, 2009).

Nessa linha, Klann *et al.* (2009) investigaram o impacto das diferenças entre as normas contábeis brasileiras e americanas nos indicadores de desempenho de empresas brasileiras listadas nos Níveis 1 e 2 e no Novo Mercado de Governança Corporativa da B3. Ao realizar sua análise com base em indicadores de endividamento, indicadores de liquidez e de indicadores de avaliação do desempenho econômico das empresas, os autores concluíram que os indicadores de desempenho das empresas brasileiras de governança corporativa não são significativamente afetados, apesar das divergências entre as normas.

No que tange à adoção do padrão IFRS outros estudos também se voltaram para a investigação do efeito da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade nos indicadores de

desempenho. No caso do Brasil, estas investigações aconteceram porque, anteriormente ao acordo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, as Normas Contábeis Brasileiras e as IFRS apresentavam padrões contábeis distintos (BARBOSA NETO *et al.*, 2009). Martins e Paulo (2010), por exemplo, evidenciaram variações não significativas estatisticamente em índices de estrutura, de liquidez, de imobilização e de rentabilidade com base em demonstrativos BR GAAP e IFRS.

Ao analisar os anos 2007 a 2009, Martins e Paulo (2010) verificaram que as menores variações nos resultados dos indicadores de desempenho investigados observadas foram referentes aos indicadores de liquidez. Eles justificaram que isso deveu-se ao fato de que os grupos de contas do ativo circulante e do passivo circulante têm menos divergências quanto aos critérios de mensuração e evidenciação entre o padrão BR GAAP e o padrão internacional. Já para os indicadores de rentabilidade, os autores verificaram as maiores variações. Os autores evidenciaram, ainda, que a adoção das IFRS gerou variações positivas nos indicadores de estrutura de capital e de nos indicadores de retorno analisados e variações negativas nos indicadores de imobilização dos recursos permanentes e de liquidez geral e corrente.

Os indicadores de desempenho ligados à avaliação da liquidez corporativa são frequentemente alvos de estudo pelo fato de terem significativa importância para as decisões dos financiadores de capital, já que revelam a capacidade da empresa para saldar seus compromissos, a qual pode ser avaliada em termos de curto, longo ou imediato prazos (MARION, 2010). Correia e Amaral (2012), por exemplo, verificaram que a liquidez contábil ligada à folga financeira de caixa afeta a liquidez de mercado das ações, enquanto Almeida e Eid (2014) evidenciaram que quanto maior o nível de capital de giro no início do ano fiscal em empresas de capital aberto no Brasil, menor o valor das ações da empresa.

Também referente à liquidez contábil, Perobelli, Famá e Sacramento (2016) investigaram a sua relação com a rentabilidade da empresa. Os autores verificaram, para uma amostra de empresas de capital aberto, que as empresas com maior liquidez relacionada ao capital circulante líquido apresentaram menor retorno contábil e menor liquidez de mercado. Para os autores, estes efeitos estão relacionados ao que denominaram opção pela liquidez contábil em excesso.

Dado que o CPC 31, correspondente à aplicação da IFRS 5 no Brasil, especifica critérios para a classificação de ativos não circulantes como mantidos para venda e para a apresentação e divulgação de operações descontinuadas, temos nessa norma um exemplo de como o índice de liquidez das empresas pode ser afetado pelos padrões contábeis. Isso porque uma das razões para a reclassificação e venda de ativos circulantes pode ser a busca forçada por recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da empresa ou com fácil conversibilidade em um montante conhecido de caixa.

Dessa forma, dado que reclassificação para ativo não circulante mantido para venda provoca alterações na composição dos ativos de longo e de curto prazo e afeta o índice de liquidez contábil, ela pode ser usada, por exemplo, como artifício para a empresa ter seu acesso a fontes adicionais de financiamento facilitado. Ao focar na liquidez contábil da empresa, especificamente no índice de liquidez corrente, este estudo se volta para os efeitos da reclassificação como ativo não circulante mantido para venda sobre um índice que reflete a capacidade de a empresa pagar suas dívidas de curto prazo com seus próprios recursos também de curto prazo (SILVA, 2019).

3 METODOLOGIA

O objeto desta pesquisa são as empresas ativas com ações negociadas em bolsa na América Latina, com sede no Brasil, cujos dados consolidados foram obtidos na base Econômica. A fim de investigar o efeito do ativo não circulante mantido para venda no índice de liquidez das empresas, selecionamos o índice de liquidez corrente. A escolha do índice se deu pelo fato de este ser calculado pela razão entre o ativo circulante, subgrupo que inclui o ativo não circulante mantido para venda de curto prazo, e o passivo circulante. O índice de liquidez corrente é, portanto, representativo do

subgrupo que sofre o maior impacto decorrente da reclassificação do ativo não circulante para ativo não circulante mantido para venda.

O período de estudo abrangeu três anos, 2013, 2014 e 2015, os quais foram analisados separadamente. A seleção de três anos consecutivos se deu, pois, a norma em estudo determina que a venda do ativo não circulante classificado como mantido para venda deverá ser completada, ou espera-se que o seja, em até um ano após a data da reclassificação (CPC 31, 2009). Esse período pode se estender por algum acontecimento ou circunstância fora do controle da empresa, desde que haja evidência suficiente do comprometimento da empresa com a intenção de venda do ativo (CPC 31, 2009). Assim, a análise permite uma visão quanto à manutenção de saldos para além do tempo indicado pelo pronunciamento.

Para a nossa investigação, primeiramente calculamos o índice financeiro de liquidez para cada empresa-ano a partir dos demonstrativos financeiros baseados nas Normas Internacionais de Contabilidade. Tais índices foram analisados por meio de estatística descritiva e por meio dos testes *t-Student* e Wilcoxon, a fim de se fazer uma comparação baseada em médias/medianas dos valores dos índices calculados com e sem a reclassificação do ativo não circulante mantido para venda. Nesse sentido, para cada ano, calculamos o índice de liquidez corrente para as empresas da amostra com base no total do ativo circulante da empresa, e com base no ativo circulante subtraído do valor do ativo não circulante mantido para venda.

A composição das amostras analisadas para cada ano e a aplicação dos testes utilizados são descritos nas subseções a seguir.

3.1 Composição da amostra

Dado que cada ano do período investigado foi analisado separadamente, as amostras usadas para cada ano foram compostas por um número diferente de empresas, embora todas tenham partido de um total de 579 empresas ativas em cada ano. Para cada um dos anos, a amostra foi composta pelo total de empresas ativas que apresentaram saldo na conta ativo não circulante mantido para venda, ajustado com base na impossibilidade de cálculo do índice analisado e na presença de *outliers*. A eliminação das empresas identificadas como prováveis *outliers* ocorreu no sentido de não prejudicar os resultados e a análise dos mesmos, já que, conforme Fávero *et al.* (2009), esse tipo de dado pode distorcer os resultados.

Para o ano 2013 nossa população partiu de um total de 579 empresas, do qual excluimos 546 empresas que não apresentaram ativo não circulante mantido para venda. Excluimos, ainda, mais duas empresas: a primeira por apresentar “erro no valor” no cálculo do índice de liquidez – por não apresentar passivo circulante – e a segunda por temo-la caracterizada como *outlier*, com base na aplicação da técnica estatística *Z-score*. Consideramos *outlier* a empresa que apresentou *Z-score* acima de 3 ou abaixo de -3 para os índices liquidez corrente, antes e/ou após a eliminação do ativo não circulante mantido para venda. O resumo da composição da amostra é apresentado na Tabela 1:

Tabela 1 – Composição da amostra para o ano de 2013

Total de empresas obtidas na base Econômica	579
(-) Empresas que não possuem ativo não circulante mantido para venda	546
(-) Com características de <i>outliers</i>	1
(-) Não apresenta o Passivo Circulante	1
(=) Amostra final em 2013	31

Realizado o mesmo processo para o ano de 2014, do total de 579 empresas ativas no período excluimos 542 empresas que não apresentaram ativo não circulante mantido para venda e 1 (uma) que não apresentou o subgrupo passivo circulante, conforme a Tabela 2:

Tabela 2 – Composição da amostra para o ano de 2014

Total de empresas obtidas na base Econômica	579
(-) Empresas que não possuem ativo não circulante mantido para venda	542
(-) Não apresenta o Passivo Circulante	1
(=) Amostra final em 2014	36

No ano 2015, das 579 empresas ativas no período excluímos 545 empresas que não apresentaram ativo não circulante mantido para venda, além de mais duas empresas: a primeira por não apresentar o subgrupo passivo circulante e a segunda por temo-la identificado como *outlier*. Na Tabela 3 apresentamos a composição da amostra final para o referido ano:

Tabela 3 – Composição da amostra para o ano de 2015

Total de empresas obtidas na base Econômica	579
(-) Empresas que não possuem ativo não circulante mantido para venda	545
(-) Não apresenta o Passivo Circulante	1
(-) Com características de <i>outlier</i>	1
(=) Amostra final em 2015	32

3.2 Técnica de análise estatística

Conforme explicitamos, nossa análise foi feita com base em estatísticas descritivas e na aplicação e análise testes de diferenças de média/mediana. Para fins da investigação proposta, uma diferença estatisticamente significativa entre os resultados do índice de liquidez corrente com e sem a inclusão da conta ativo não circulante mantido para a venda, evidencia que a reclassificação do item traz implicações para a análise econômico-financeira das empresas em termos de liquidez. Por outro lado, uma diferença não significativa estatisticamente evidencia que a reclassificação do item não traz implicações para a análise econômico-financeira baseada na liquidez contábil.

Esse tipo de comparação, quando aplicada para dados paramétricos, é comumente feita com base no Teste *t* (*t-Student*) para a comparação das médias amostrais de dois grupos (FÁVERO; BELFIORE; DA SILVA; CHAN, 2009). Uma alternativa ao *t-Student* aplicável a dados não paramétricos é o teste *Wilcoxon*, que se utiliza das medianas amostrais para a comparação entre duas amostras emparelhadas com determinado valor teórico (MAROCO *apud* FÁVERO; BELFIORE; DA SILVA; CHAN, 2009, p.158). Nesse sentido, se a variável em análise é contínua e tem distribuição normal utiliza-se o teste *t-Student*, por este ser mais potente. Se a variável em análise é ordinal ou contínua, mas não tem distribuição normal, utiliza-se o teste de *Wilcoxon*.

Considerando as recomendações referentes à aplicação dos testes, apresentamos na Tabela 4 os resultados dos testes de normalidade aplicados aos dados da variável liquidez corrente para os anos 2013, 2014 e 2015, usados para a definição do melhor teste de médias a ser aplicado. Para isso, nós usamos os testes Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk.

Tabela 4 – Testes de normalidade para as amostras de 2013 a 2015

Variáveis a serem analisadas nos testes de média	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	Df	Sig.	Estatística	Df	Sig.
LC tradicional (calculado sem excluir o ativo não circulante mantido para venda do valor do ativo circulante)	Amostra de 2013					
	0,132	31	0,179	0,945	31	0,113
	Amostra de 2014					
	0,137	36	0,087	0,874	36	0,001
	Amostra de 2015					
	0,273	32	0,000	0,55	32	0,000

Nota. a. Lilliefors Significance Correction.

Fazendo a análise ano a ano, ambos os testes, Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk, indicaram a normalidade da variável liquidez corrente no ano 2013 – nível de significância superior a 0,05 – a qual também foi indicada pelo teste Kolmogorov-Smirnov para o ano 2014. Já para o ano

2015, tanto o teste Kolmogorov Smirnov quanto o teste Shapiro-Wilk indicaram a não normalidade dos dados, dado que o nível de significância encontrado foi 0, valor inferior a 0,05. Diante dos resultados, optamos pelo uso do teste de *Wilcoxon* para o ano de 2015, devido à característica de não normalidade (p -valor $> 0,05$) da variável liquidez corrente, e pelo teste *t Student* para os anos 2013 e 2014, devido à normalidade (p -valor $< 0,05$) dos dados.

Além dos testes de diferença de médias/medianas, usamos a técnica de análise de regressão com vistas a analisar o impacto do ativo não circulante mantido para venda sobre o índice de liquidez corrente para uma análise complementar. Utilizamos, para isso, o modelo de regressão simples, no qual é inserida apenas uma variável independente, para analisar o comportamento do fenômeno em estudo. Nossa variável dependente é o índice de liquidez corrente e a variável independente é o ativo não circulante mantido para venda, variável explicativa, de modo que o modelo usado é representado pela Equação (1):

$$LC = \alpha + \beta_1 \cdot AtvNCMV + u$$

Em que:

- LC é o índice de liquidez corrente, calculado pela razão entre o ativo circulante o passivo circulante;
- $\alpha + \beta_1$ são os coeficientes linear e angular do modelo em estudo, respectivamente;
- $AtvNCMV$ é o ativo não circulante mantido para venda (em valor monetário); e
- u é o termo de erro.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

As Tabelas 5, 6 e 7 apresentam as estatísticas descritivas de média e de primeiro a terceiro quartil) relativas às empresas componentes da amostra e aos índices de liquidez calculados nos períodos de 2013, 2014 e 2015. O índice de liquidez foi calculado e analisado com e sem a inclusão do valor dos ativos não circulantes mantidos para venda no ativo circulante.

Tabela 5 – Estatísticas descritivas da amostra: dados de 2013

Estatística	Ativo Total	Ativo circulante	ATNCMV*	LC sem ATNCMV**	LC***
Média	30.638.388,03	6.751.096,39	669.535,19	0,93	1,42
1º quartil	1.167.308,50	360.780,50	5.904,00	0,56	0,90
2º quartil	2.427.735,00	1.317.979,00	21.353,00	0,84	1,28
3º quartil	8.362.816,00	4.294.610,00	153.620,50	1,07	1,87

Nota. *Ativo não circulante mantido para venda (monetário) ** Liquidez Corrente calculada sem o Ativo Não Circulante Mantido para Venda ou Liquidez Corrente Ajustada *** Liquidez Corrente calculada pela fórmula tradicional.

Tabela 6 – Estatísticas descritivas da amostra: dados de 2014

Estatística	Ativo Total	Ativo circulante	ATNCMV*	LC sem ATNCMV**	LC***
Média	40.578.016,42	8.283.198,55	596.961,64	1,18	1,41
1º quartil	1.022.591,00	345.393,00	8.289,00	0,55	0,76
2º quartil	2.670.504,00	806.236,00	22.000,00	1,02	1,13
3º quartil	8.500.067,00	3.712.243,00	250.837,00	1,71	1,79

Nota. *Ativo não circulante mantido para venda (monetário) ** Liquidez Corrente calculada sem o Ativo Não Circulante Mantido para Venda ou Liquidez Corrente Ajustada *** Liquidez Corrente calculada pela fórmula tradicional.

Tabela 7 – Estatísticas descritivas da amostra: dados de 2015

Estatística	Ativo Total	Ativo circulante	ATNCMV*	LC sem ATNCMV**	LC***
Média	34.605.019,72	7.647.393,31	291.507,44	1,26	1,44
1º quartil	697.480,50	270.552,50	4.091,00	0,44	0,55
2º quartil	2.762.320,00	963.293,00	47.202,00	0,89	1,06
3º quartil	8.388.848,50	3.881.446,25	227.860,25	1,47	1,58

Nota. *Ativo não circulante mantido para venda (monetário) ** Liquidez Corrente calculada sem o Ativo Não Circulante Mantido para Venda ou Liquidez Corrente Ajustada *** Liquidez Corrente calculada pela fórmula tradicional.

Com relação ao tamanho das empresas, verificou-se, para o ano 2013, que as empresas possuem, na média, ativo total de R\$ 30.638.388,03, ativo circulante de R\$ 6.751.096,39 e ativo não circulante mantido para venda de 669.535,19. Em 2014 e 2015, os valores não apresentaram grande variação. Com relação ao ativo não circulante mantido para venda, especificamente, os valores foram R\$596.961,64 em 2014 e R\$ 291.507,44 em 2015.

Quanto à análise baseada em quartis, a estatística do primeiro quartil indica que 25% da amostra apresentou ativo total de até R\$ 1.167.308,50 em 2013, de até R\$ 1.022.591,00 em 2014 e de até R\$ 697.480,50 em 2015. O segundo quartil indica que 50% da amostra apresentou ativo total de até R\$ 2.427.735,00 em 2013, de até R\$ 2.670.504,00 em 2014 e de até R\$ 2.762.320,00 em 2015. Enquanto o terceiro quartil indica que 75% da amostra apresenta ativo total de até R\$ 8.362.816,00 em 2013, de até R\$ 8.500.067,00 em 2014 e de até R\$ 8.388.848,50 em 2015. Pela análise das estatísticas descritivas, notamos que os 25% das empresas da amostra que apresentaram ativo total maior que R\$ 8.500.067,00 impactaram fortemente o tamanho médio das empresas.

A Tabela 8 apresenta os resultados do teste *t-Student*, usado para testar se existem diferenças significativas entre as variáveis de liquidez corrente nas amostras emparelhadas para os anos 2013 e 2014.

Tabela 8 – Resultados dos testes de amostras emparelhadas para os anos de 2013 e 2014

Pares	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão da média	Inferior	Superior	T	F	Sig. (2ext)
Amostras emparelhadas 2013								
LC sem ANCMV* LC**	0,257	0,622	0,11	0,02	0,486	2,30	30	0,028
Amostras emparelhadas 2014								
LC sem ANCMV* LC**	0,210	0,497	0,82	0,41	0,378	2,53	35	0,016

Nota. * Liquidez Corrente calculada sem o ativo não circulante mantido para venda ou Liquidez Corrente Ajustada ** Liquidez Corrente calculada pela fórmula tradicional.

O nível de significância apresentado em 2013 é de 0,028 e em 2014 é 0,016, o que leva à rejeição da hipótese nula de que as médias são iguais. A Tabela 9, a seguir, apresenta os resultados do teste não paramétrico de *Wilcoxon* para duas amostras emparelhadas referentes ao ano 2015. O teste foi usado devido à característica de não normalidade dos dados em análise.

Tabela 9 – Resultados do teste de *Wilcoxon* para o ano de 2015

Hipótese Nula	Teste	Sig	Decisão
A mediana das diferenças entre a Liquidez Corrente sem o Ativo Não Circulante Mantido para Venda (ou Liquidez Corrente Ajustada) e a Liquidez Corrente tradicional é igual a 0 (Zero)	Teste de Sinal de Amostras Relacionadas	0,0	Rejeita-se a hipótese nula
A mediana das diferenças entre a Liquidez Corrente sem o Ativo Não Circulante Mantido para Venda (ou Liquidez Corrente Ajustada) e a Liquidez Corrente tradicional é igual a 0 (Zero)	Teste dos postos sinalizados de <i>Wilcoxon</i> de amostras relacionadas	0,0	Rejeita-se a hipótese nula

Conforme apresentado na Tabela 9, o teste de *Wilcoxon* rejeitou a hipótese nula (Sig<0,05) de que a mediana das diferenças entre a Liquidez Corrente Ajustada (LC sem ATNCMV) e o indicador tradicional de Liquidez Corrente (LC) é igual a zero. Com base nas tabelas 8 e 9,

verificamos, portanto, que a reclassificação do ativo não circulante mantido para venda, quando analisada para a amostra em estudo, afeta o índice liquidez corrente, visto que há uma diferença estatisticamente significativa entre o índice de liquidez com e sem o ativo não circulante mantido para venda apresentado no período. Tal resultado indica que a classificação do ativo não circulante mantido para venda traz implicações para a análise econômico-financeira das empresas listadas em bolsa na América Latina, com sede no Brasil.

Tais resultados indicam a relevância das normas contábeis, neste caso, a decorrente do CPC 31, para restringir a reclassificação de ativos não circulantes para ativos não circulantes mantidos para venda e favorecer a produção de informação mais fidedigna e útil para a tomada de decisão. Isso porque a rejeição da hipótese nula permite o entendimento de que a reclassificação, por causar efeito significativo sobre um índice tão utilizado por investidores para a tomada de decisão de investimentos e para a análise da saúde financeira das empresas, pode dar abertura à reclassificação contábil visando a melhoria de índices econômico-financeiros. Se a empresa adota fielmente os requisitos de reclassificação do CPC 31, os indicadores tornam-se mais condizentes com a real posição financeira da empresa.

Conforme discutido, a reclassificação do ativo não circulante para ativo não circulante mantido para venda é permitida para os eventos dos quais realmente se espera acontecer uma transação de venda, de tal modo que esta seja altamente provável e desde que a venda seja concluída no prazo de um ano a contar da data de classificação do ativo como mantido para venda, visando a reduzir as distorções das informações divulgadas. As exigências da norma restringem a reclassificação indevida, e, embora não possam garantir que reclassificações não sejam usadas com o objetivo de melhorar os indicadores contábil-financeiros, favorecem a produção de informações mais fidedignas e a melhoria da qualidade da informação contábil.

Conforme indicado, a norma decorrente do CPC 31 também estabelece como requisito, que, ao reclassificar os ativos não circulantes como mantidos para venda, as empresas devem apresentar os passivos relacionados ao ativo não circulante mantido para venda separadamente dos outros passivos no Balanço Patrimonial. Para a amostra estudada, verificamos que no ano de 2013 apenas três empresas apresentaram passivo de curto prazo relacionado e uma empresa apresentou passivo de longo prazo relacionado. Nos anos 2014 e 2015 foram duas e quatro empresas, respectivamente. Dado que não fizemos uma análise aprofundada dos passivos relacionados, não foi possível verificar se realmente não há passivos relacionados para a maioria das empresas ou se estes apenas não foram evidenciados adequadamente.

A Tabela 10 apresenta a relação de empresas que tiveram saldo na conta ativos não circulantes mantidos para venda para todo o período de análise, ou seja, para cada um dos três anos analisados, e os respectivos saldos e variações relativas ao período anterior.

Tabela 10 – Empresas que apresentaram ativo não circulante mantido para venda em todo o período de análise

Empresas	2013 (em milhares)	Var*	2014 (em milhares)	Var*	2015 (em milhares)
Battistella ON (BTTL3)	120,0	0,0	120,0	0,02	122,0
Biosev ON (BSEV3)	46.993,0	-0,86	6.636,0	-0,47	3.506,0
Cambuci ON (CAMB3)	18.526,0	-0,55	8.289,0	0,79	14.851,0
Ccx Carvao ON (CCXC3)	292.825,0	0,12	328.248,0	0,47	482.548,0
Energias BR ON (ENBR3)	2.327.633,0	-0,95	107.054,0	0,14	122.442,0
Energisa ON (ENGI3)	151.701,0	25,19	3.972.727,0	-0,60	1.596.212,0
Forja Taurus ON (FJTA3)	5.588,0	-0,21	4.417,0	-0,03	4.286,0
Gafisa ON (GFSA3)	114.847,0	-0,04	110.563,0	-0,04	105.857,0
JSL ON (JSLG3)	137.013,0	0,26	172.786,0	0,31	226.336,0
Localiza ON (RENT3)	16.520,0	0,11	18.306,0	0,74	31.780,0
Mangels Indl ON (MGEL3)	339,0	0,04	353,0	0,07	377,0
Mgi Minas Gerais Part SA ON (22942 ON)	11.764,0	-0,01	11.649,0	-0,15	9.878,0
MMX Miner ON (MMXM3)	7.053.543,0	-0,95	335.387,0	-0,07	312.077,0
Multiner S/A ON (21520 ON)	147,0	0,0	147,0	0,0	147,0
OSX Brasil ON (OSXB3)	3.431.822,0	-0,12	3.022.124,0	0,31	3.962.954,0
Petrobras ON (PETR3)	5.638.285,0	-1,0	13.000,0	44,77	595.000,0

Petrório ON (PRIO3)	155.540,0	0,66	258.158,0	-0,71	73.644,0
Recrusul ON (RCSL3)	6.220,0	-0,91	539,0	-0,61	212,0
Viavarejo ON (VVAR3)	15.489,0	-0,10	14.000,0	-0,50	7.000,0

Nota. Var*: Variação dos valores da conta ativo não circulante mantido para venda de um ano para o outro.

A partir da análise comparativa das contas de ativo não circulante mantido para venda em todo período de análise, verificamos que 19 empresas que apresentaram ativo não circulante mantido para venda no ano de 2013 também apresentaram a conta nos anos de 2014 e 2015. E que 28% das empresas que apresentaram a conta de ativo não circulante mantido para venda em todo o período de análise apresentaram crescimento na conta. Este resultado chama a atenção para a possibilidade de não cumprimento do prazo para reclassificação dos itens mantidos para venda para o ativo não circulante, já que, conforme Mackenzie *et al.* (2012), a venda do item reclassificado deve ser completada, ou espera-se que o seja, em até um ano após a data de classificação.

Não podemos afirmar, porém, que os itens apresentados em cada ano não tiveram necessariamente sua venda completada no prazo de um ano, já que não foi feita uma análise contínua do que foi reclassificado entre os períodos (fechamento dos anos). Além disso, as empresas podem realmente não ter completado a venda no prazo, mas terem cumprido os requisitos da norma, a qual permite a prorrogação do prazo em situações especiais devido a algum acontecimento ou circunstância fora do controle da empresa, desde que exista suficiente evidência do comprometimento da empresa com a intenção de venda do ativo (CPC 31, 2009).

A Tabela 11 apresenta os resultados da análise de regressão simples aplicada para cada um dos anos 2013, 2014 e 2015. Na regressão, o indicador tradicional de liquidez corrente é a variável dependente e o ativo não circulante mantido para venda é a variável independente.

Tabela 11 – Resultados das regressões realizadas para as amostras dos anos de 2013 à 2015

Ano	Variável dependente	Variável independente	R ²	Sig. F	p-valor
2013	Liquidez Corrente (indicador tradicional)	Ativo Não Circulante Mantido para Venda	0,010	0,593	0,593
2014	Liquidez Corrente (indicador tradicional)	Ativo Não Circulante Mantido para Venda	0,003	0,764	0,764
2015	Liquidez Corrente (indicador tradicional)	Ativo Não Circulante Mantido para Venda	0,008	0,627	0,627

O R² da regressão, que representa o coeficiente de explicação da variável liquidez pela variável ativo não circulante mantido para venda, para o ano de 2013, foi de 0,010. Já em 2014 foi de 0,003, enquanto em 2015 foi de 0,008. Diante dos baixos coeficientes de explicação apresentados pelo R², verifica-se que o ativo não circulante mantido para venda não explica a liquidez corrente a 95% de confiança. Ainda, os resultados da significância do modelo em 2013 com Sig. F = 0,593, em 2014 com Sig. F = 0,764 e em 2015 com Sig. F = 0,627, todos maiores que 0,05, permitem não rejeitar a hipótese nula de não significância conjunta dos parâmetros da equação a 5%. Ou seja, o modelo não é significativo em nenhum dos anos (FÁVERO *et al.*, 2009).

Quanto à análise do p-valor por variável, observamos os valores de 0,593 em 2013, 0,764 em 2014 e 0,627 em 2015. Sendo todos maiores que o estabelecido estatisticamente para o resultado de significância do parâmetro, verificamos que a variável não é significativa. Os resultados indicam que o ativo não circulante mantido para venda não explica o comportamento do índice liquidez corrente, embora a reclassificação dos ativos altere significativamente o resultado do índice, conforme observamos nos resultados dos testes de diferenças de média/mediana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a literatura existente sobre o uso de escolhas contábeis e sobre a influência que estas podem ter sobre os indicadores econômico-financeiros, este estudo avaliou o efeito do ativo não circulante mantido para venda sobre o índice de liquidez corrente das empresas.

A partir da análise dos resultados, verificamos a existência de uma diferença estatisticamente significativa entre os índices de liquidez calculados com e sem o ativo não circulante mantido para venda (índice de liquidez ajustado) no período estudado, o que permite afirmar que a possibilidade de reclassificação de ativos não circulantes como mantidos para venda traz implicações para a análise econômico-financeira das empresas em termos de liquidez.

Com relação ao primeiro objetivo específico pontuado, verificamos que poucas empresas da amostra apresentaram os passivos relacionados ao ativo não circulante mantido para venda separadamente dos outros passivos no Balanço Patrimonial. Isso pode ter ocorrido pelo fato de as empresas realmente não terem passivos relacionados ou por não estarem cumprindo os requisitos da norma, possibilidade que não foi estudada de forma aprofundada neste estudo.

Quanto ao segundo objetivo específico pontuado, verificamos que 19 das 31 empresas que apresentaram a conta ativo não circulantes mantidos para venda com saldo no ano de 2013 também a apresentaram com saldo nos anos de 2014 e 2015. Especulamos possibilidade de não cumprimento do prazo para reclassificação dos itens mantidos para venda para o ativo não circulante, visto que 28% das empresas que apresentaram a conta de ativo não circulante mantido para venda em todo o período de análise apresentaram crescimento na conta ao longo de todo o período. Porém, devido à falta de análises aprofundadas quanto a se realmente a venda não completada no prazo de um ano ou quanto a uma possível prorrogação do prazo de venda devido a situações especiais permitidas pela norma, não foi possível uma afirmação conclusiva.

Destacamos que não tivemos neste estudo a finalidade de esgotar o assunto, mas de abrir caminho para novas investigações. Para pesquisas futuras, destacamos as seguintes possibilidades: a) a investigação do adequado cumprimento do Pronunciamento Técnico CPC 31 quanto aos requisitos de reclassificação do ativo não circulante mantido para venda; b) a investigação dos reflexos da classificação de um ativo não circulante como mantido para venda em outros indicadores, 3) a investigação quanto ao cumprimento do prazo para a manutenção do ativo não circulante classificado como mantido para venda.

REFERÊNCIAS

BARBOSA NETO, J. E.; DIAS, W. O.; PINHEIRO, L. E. T. Impacto da Convergência para as IFRS na Análise Financeira: um Estudo em Empresas Brasileiras de Capital Aberto.

Contabilidade Vista & Revista, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 131–153, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=197014460007>.

BARUA, A.; LIN, S.; SBARAGLIA, A. M. Earnings Management Using Discontinued Operations.

The Accounting Review, [s. l.], v. 85, n. 5, p. 1485–1509, 2010. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27895882>.

BENNETT, B.; BRADBURY, M.; PRANGNELL, H. Rules, principles and judgments in accounting standards. **Abacus**, [s. l.], v. 42, n. 2, p. 189–204, 2006. Disponível em: DOI: 10.1111/j.1467-6281.2006.00197.x.

CORREIA, L. F.; AMARAL, H. F. Determinantes da Liquidez de Mercado de Ações Negociadas na BM&FBOVESPA. **Brazilian Business Review**, vol. 11, no. 6, p. 77–100, 2014.

DANTAS, J. A.; RODRIGUES, F. F.; NIYAMA, J. K.; MENDES, P. C. de M. Normatização contábil baseada em princípios ou em regras?: Benefícios, custos, oportunidades e riscos. **Revista de Contabilidade e Organizações**, [s. l.], v. 4, n. 9, p. 3–29, 2010. DOI: 10.11606/rco.v4i9.34765

DE ALMEIDA, J. R.; EID, W. Access to finance, working capital management and company value: Evidences from Brazilian companies listed on BM & FBOVESPA. **Journal of Business Research**, vol. 67, no. 5, p. 924–934, 2014. DOI 10.1016/j.jbusres.2013.07.012.

FÁVERO, L. P. **Análise de Dados Modelos de regressão com Excel, Stata e Spss 1. A saúde pelo avesso**. Rio de Janeiro: Elsevier., 2015.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; DA SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de Dados: Modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FIELDS, T. D.; LYS, T. Z.; VINCENT, L. Empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 255–307, 2001. DOI: 10.1016/S0165-4101(01)00028-3. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165410101000283>.

GERTZE, W.; MAHINDI, C.; MAKOSA, A.; MALITI, P. N.; MUSHONGA, E.; WYK, J. J. V. Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations. In: **Financial Accountings 201, FAC611s**. Namibia: Namibia University of Science and a Technology, 2016. Recuperado de: <https://www.nust.na/sites/default/files/documents/2016-FAC611S-Chapter%2019%20Non%20current%20assets%20held%20for%20sale%20and%20discontinued.pdf>

IUDÍCIBUS, S. De; NIYAMA, J. K.; OLIVEIRA, V. R. F. de; BEUREN, I. M. Reflexões sobre as bases filosóficas dos princípios contábeis. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, [s. l.], v. 17, n. 42, p. 158–173, 2020.

KLANN, R. C.; BEUREN, I. M.; HEIN, N. Impacto das Diferenças entre as Normas Contábeis Brasileiras e Americanas nos Indicadores de Desempenho de Empresas Brasileiras com ADRs. **Brazilian Business Review**, [s. l.], v. 6, p. 154–173, 2009.

MACKENZIE, B.; COETSEE, D; NJIKIZANA, T.; CHAMBOKO, R. **IFRS: Interpretação e Aplicação**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MARCELINO, M.; ALBUQUERQUE, F. H. F.; QUIRÓS, J. T.; JUSTINO, M. R. F. The Influence of Culture and Professional Judgment on Accounting: An Analysis from the Perspective of Information Preparers in Portugal. **Journal of Education and Research in Accounting**, [s. l.], v. 10, n. 1, 2016. DOI: 10.17524/repec.v10i1.1214.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, E.; DINIZ, J. A.; MIRANDA, G. J. **Análise avançada das demonstrações contábeis: Uma abordagem crítica**. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, O. S.; PAULO, E. Reflexo da adoção das IFRS na análise de desempenho das companhias de capital aberto no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, [s. l.], v. 4, n. 9, p. 30–54, 2010.

PÁSTOR, L.; STAMBAUGH, R. F. Liquidity Risk and Expected Stock Returns. **SSRN Electronic Journal**, n. 531, 2005. DOI: 10.2139/ssrn.279804

PELGER, C. The Return of Stewardship, Reliability and Prudence—A Commentary on the IASB's New Conceptual Framework. **Accounting in Europe**, vol. 17, no. 1, p. 33–51, 2019. DOI 10.1080/17449480.2019.1645960.

PEROBELLI, F. F. C.; FAMÁ, R.; SACRAMENTO, L. C. Return and liquidity relationships on market and accounting levels in Brazil. **Revista Contabilidade e Finanças**, vol. 27, n. 71, p. 259–272, 2016. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201601530>.

SILVA, A. A. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SILVA, D. M.; MARTINS, V. A.; LEMES, S. Escolhas Contábeis: reflexões para a pesquisa. **Revista Contemporânea De Contabilidade**, v. 13, n. 29, p. 129-156, 2016. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2016v13n29p129>

VOSS, G.; PREWYSZ-KWINTO, P. Assets Held for Sale and Discontinued Operations – Evaluation of Liquidity – Determination of Ratio – or Necessity of Adjustment? **Eurasian Journal of Economics and Finance**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 13–21, 2015. DOI: 10.15604/ejef.2015.03.01.002

WATTS, R. L. Accounting choice theory and market-based research in accounting. **The British Accounting Review**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 235–267, 1992. DOI: 10.1016/S0890-8389(05)80023-X